



Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2027 - Informativo

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), entre outras disposições.

Emendas Individuais

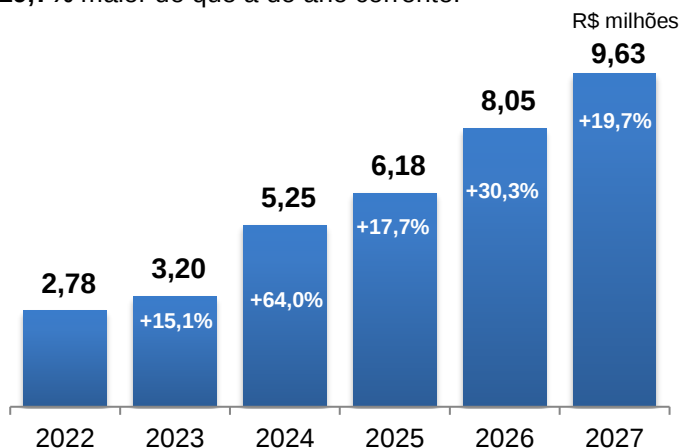
Reserva parlamentar

A reserva parlamentar proposta para 2027 corresponde a **1,0% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2025**. Isso representa um valor de **R\$ 472,1 milhões**.

Dividida entre os 49 deputados estaduais, a reserva possibilitará a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2027 até o montante de **R\$ 9.633.800,00** por parlamentar.

**Reserva parlamentar por deputado:
R\$ 9.633.800,00**

Em termos nominais, o valor disponível para 2027 é **19,7%** maior do que a do ano corrente.



Fonte: RGFs e LDOs de 2022 a 2026 e PLDO 2027.

O incremento no valor destinado às emendas parlamentares em Pernambuco, verificado a partir de 2024, decorre da promulgação da Emenda Constitucional nº 58/2023. Essa alteração normativa buscou aproximar o percentual praticado no Estado, que, até então, correspondia a 0,5% da RCL realizada no exercício anterior ao do encaminhamento do PLOA, aos parâmetros vigentes no âmbito da União¹. Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 67/2025 ampliou esses limites de forma progressiva, fixando o percentual em 1,3% na tramitação do PLOA 2028 e culminando no patamar de 1,55% a partir do PLOA 2029.

Alteração de emendas

O inciso I, do § 4º, do art. 57 do PLDO 2027 mantém as quatro janelas anuais para solicitação de alteração de emendas já previstas na LDO 2026: ao final dos meses de março, maio, julho e setembro.

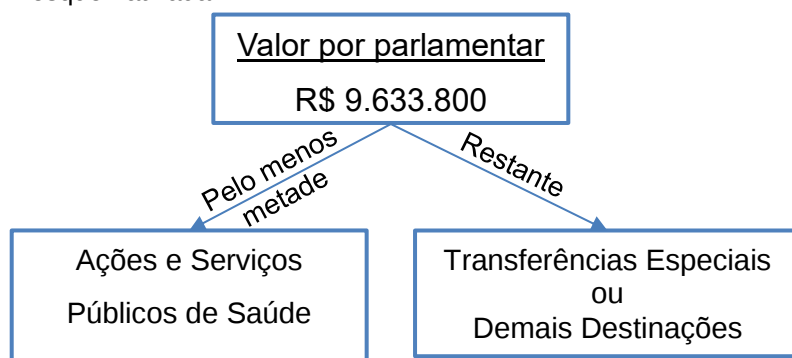
Frequência	Quatro ciclos
Prazos	Março, maio, julho e setembro

Tipos de Emendas

Conforme se depreende do art. 123-A da Constituição Estadual, com desdobramentos trazidos no PLDO 2027, a destinação dos recursos das emendas parlamentares impositivas deve se enquadrar em um dos três casos:

- Ações e serviços públicos de saúde (ASPS)
- Transferência especial
- Demais destinações

Por comando constitucional, pelo menos metade das emendas apresentadas por cada parlamentar deve ser destinada a emendas do tipo ASPS, cujo conceito é definido na Lei Complementar Federal nº 141/2012. De forma esquematizada:



Limite mínimo de valor

O PLDO 2027 define que o valor de cada emenda individual ao projeto de lei orçamentária não poderá ser inferior a:

- **R\$ 100.000 – Destinadas a entidades privadas**
- **R\$ 250.000 – Nos demais casos**

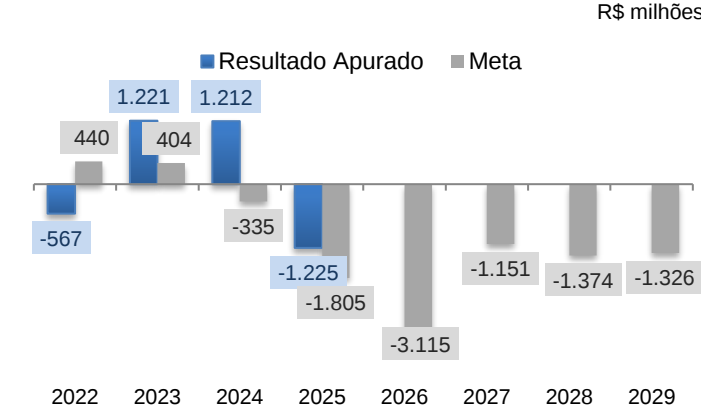
Esses valores representam uma elevação em relação aos limites fixados na LDO 2026, que são de R\$ 50.000 e R\$ 150.000, respectivamente.

¹ Desde 2023: 2,0% da RCL do exercício anterior ao encaminhamento do PLOA, sendo 1,55% destinado à Câmara dos Deputados e 0,45% ao Senado Federal.

Metas para o Resultado Primário

O resultado primário é um indicador que corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras. Superávits primários contribuem para a redução do estoque da dívida pública, sendo importantes para a sustentabilidade da política fiscal. Por outro lado, déficits primários indicam uma necessidade de financiamento do setor público.

O gráfico abaixo evidencia as metas de resultado primário para o estado de Pernambuco, desde 2022. Para os exercícios já encerrados, apresenta também os resultados efetivamente apurados.



Fonte: LDOs de 2022 a 2026 e PLDO 2027.

Nos exercícios de 2023 e 2024 foram apurados *superávits* primários da ordem de R\$ 1,2 bilhão, bem acima das metas fixadas para cada período. Já em 2025 verificou-se déficit primário de R\$ 1,2 bilhão, ainda assim inferior ao déficit de R\$ 1,8 bilhão previsto na meta. Para o quadriênio 2026-2029, o PLDO 2027 projeta uma sequência de déficits primários anuais.

Riscos Fiscais

O anexo de riscos fiscais contempla os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

O total de **riscos** mensurado no PLDO 2027 é de aproximadamente **R\$ 1,6 bilhão**, valor inferior ao registrado na LDO de 2026 (R\$ 2,5 bilhões):

R\$ milhões	
Risco fiscal	Valor
Eventual aprovação do Projeto de Lei Complementar Federal nº 176/19, em tramitação no Congresso Nacional, que busca revogar o art. 13, § 1º, "g", 2, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para retirar a previsão legal de antecipação do recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS, sem encerramento da tributação, para empresas do Simples Nacional.	660
Cumprimento de obrigação de fazer em ações judiciais para aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos, bem como para realização de procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares.	495
Ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias sujeitas à sistemática de pagamento via Requisição de Pequeno Valor (RPV).	200
Eventual aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 313/2023, em tramitação na Alepe, que busca conceder isenção de IPVA para motocicletas de até 170 cilindradas.	160
Aumento para 17% da proporção de biodiesel misturado ao óleo diesel "A", a partir de março de 2027, nos termos da Lei Federal nº 14.993/2024, se a mudança for aprovada na fase de testes que está em andamento.	20
Eventual aprovação do Projeto de Lei Complementar Federal nº 261/2023, em tramitação no Congresso Nacional, que busca alterar a Lei Complementar Federal nº 123/2006 para atualizar dos valores da receita bruta para fins de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI), da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.	20
Total	1.555

Fonte: PLDO 2027.

O maior risco (42,4%) decorre da eventual aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei Complementar Federal nº 176/19, que retira a antecipação do recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS das empresas optantes pelo Simples Nacional.

Estimativa da Renúncia da Receita

A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como de medidas de compensação.

Para o próximo exercício, o PLDO 2027 estima em **R\$ 10,3 bilhões** o total da **renúncia de receita** estadual, dos quais R\$ 9,4 bilhões decorrem de programas de incentivo fiscal relativos ao ICMS.

R\$ milhares						
Tributo	Modalidade	Setores/Programas/Beneficiários	Renúncia de receita prevista			Compensação
			2027	2028	2029	
ICMS	Crédito presumido e redução de base de cálculo	Atividade Portuária / Peap	499.818,94	517.812,42	535.935,86	A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita no exercício de início da sua vigência e nos dois seguintes, foram consideradas na estimativa de receita da lei orçamentária e não afetarão as metas de resultados fiscais.
	Crédito presumido	Setores Industrial, Central de Distribuição e Comercial Atacadista / Prodepe	4.563.970,26	4.728.273,19	4.893.762,76	
	Crédito presumido e aproveitamento do saldo devedor	Setor Automotivo / Prodeauto	3.212.665,69	3.328.321,66	3.444.812,91	
	Crédito presumido	Setor Industrial de Calçados / Procalçado	24.531,14	25.414,26	26.303,76	
	Crédito presumido	Setor Industrial / Proind	1.143.976,15	1.185.159,29	1.226.639,87	
Total ICMS			9.444.962,18	9.784.980,82	10.127.455,15	
Demais			850.046,60	880.648,27	911.470,96	
Total geral			10.295.008,78	10.665.629,10	11.038.926,12	

Fonte: PLDO 2027. Dados reproduzidos como se encontram no Demonstrativo 7 do Anexo de Metas Fiscais.